

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 22 a 26 de janeiro, em Brasília.

NEOINDUSTRIALIZAÇÃO, VETOS AO ORÇAMENTO, REONERAÇÃO & ELEIÇÕES

Governo apresenta Nova Política Industrial durante reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Nesta segunda-feira (22), o Executivo apresentou a Nova Política Industrial, que prevê R\$ 300 bilhões em subsídios e financiamentos até 2026 para o desenvolvimento do setor. A iniciativa foi elogiada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mas foi alvo de críticas do presidente da Frente Parlamentar para o Empreendedorismo (FPE), deputado **Joaquim Passarinho** (PL/PA), que a denominou de "nova política industrial velha". De modo geral, a política coloca o governo como principal indutor do desenvolvimento do setor, o que é visto de forma negativa por alas do mercado, por se tratar de uma iniciativa desenvolvimentista. A iniciativa contempla ainda uma série de propostas que precisarão ser aprovadas pelo Congresso Nacional, tal como a criação da Letra de Crédito do Desenvolvimento (PL 6235/2023).

Presidente Lula sinaliza vetos a emendas parlamentares na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2024. Há uma expectativa de que o Presidente vete cerca de R\$ 5 bilhões das emendas de comissão, que foram reajustadas pelos parlamentares para um total de R\$ 16 bilhões. Destaca-se

que a notícia vem sendo recebida de forma negativa pelos parlamentares, acendendo um alerta para o governo federal, que tem uma série de votações estratégicas para destravar nos próximos meses.

Reoneração segue sem definição em meio a impasses. Ainda não há uma sinalização clara de qual será o resultado das negociações entre o Planalto e o Congresso sobre a MPV da Reoneração da Folha de Pagamento (MPV 1202/2023). Apesar de o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), ter declarado que o governo iria revogar a parte da MPV referente à reoneração da folha, o ministro **Fernando Haddad** (Fazenda), negou que tenha sido firmado um acordo nesse sentido. O tema, que já desgasta as relações entre os dois Poderes, somente deve ser adequadamente encaminhado após o retorno das atividades legislativas, no início de fevereiro.

De olho nas eleições municipais, Lula tem se preocupado sobre a opinião dos cidadãos nas ações do governo. O Presidente tem orientado os ministros para que viajem pelo Brasil para divulgar e defender os resultados que o Executivo vem obtendo, entre outros, Lula sinaliza que é necessário enfatizar a queda da taxa do desemprego e da inflação, bem como a retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Destaque da Semana

Segunda

- Divulgação do "Balanço do **Setor Aéreo Brasileiro em 2023** e Dados do **Turismo para o Verão 2024**", pelos Ministérios do Turismo (**MTur**) e de Portos e Aeroportos (**MPOR**).
- **18ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)**, para deliberar sobre a **Nova Indústria Brasil, política industrial** que traça o caminho do desenvolvimento **até 2033** e o Plano Mais Produção, que engloba uma série de ações previstas até 2026, a serem apresentados em coletiva de imprensa.

Quarta

- Evento em **comemoração aos 19 anos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)**.

- O **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)** deverá discutir minuta de resolução que trata do **uso da inteligência artificial nas eleições municipais** de 2024.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** participou, nesta segunda (22), das cerimônias de lançamento das ações da Nova Indústria Brasil, acompanhados por ministros, e da sanção do [PLN 29/2023 \(PLOA 2024\)](#), bem como de reuniões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e com os ministros **Rui Costa** (Casa Civil) e **Alexandre Padilha** (SRI).

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** participou, nesta segunda (22), da cerimônia de lançamento das ações da Nova Indústria Brasil para 2024-2033 e o Plano Mais Produção 2024-2026, apresentados posteriormente em coletiva de imprensa, com a participação, entre outros, do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), **Aloísio Mercadante**. Alckmin reuniu-se, ainda, com o diretor-executivo da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), **Edmundo Lima**, e o ministro **Rui Costa** (Casa Civil).

GSI Gabinete de Segurança Institucional

Agenda do ministro – **General Marcos Antônio Amaro dos Santos** cumpriu, nesta segunda (22), agenda com o governador Ibaneis Rocha (Distrito Federal).

MCTI

Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações

Agenda internacional

- ✓ Exeter (Reino Unido) – CSSP Brasil no tema de extremos climáticos e desastres.

MCom

Ministério das Comunicações

Agenda internacional

- ✓ Genebra (Suíça) – 1ª Reunião de 2024 dos Grupos de Trabalho do Conselho da UIT e dos Grupos de Especialistas.

MDIC

Ministério do Desenvolvimento,
Indústria, Comércio e Serviços

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Agenda do presidente – **Aloísio Mercadante** deve participar, nesta segunda (22), da 18ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), para apresentar os detalhes do Plano Mais Produção no âmbito da Nova Indústria Brasil, composto pelas soluções financeiras que irão viabilizar o financiamento da política industrial de maneira contínua nos próximos 3 anos. Além disso, está prevista coletiva de imprensa sobre o lançamento da nova política industrial do Governo Federal.

Já na quarta (24), Mercadante lançará a iniciativa “BNDES Azul”, nova frente estratégica da instituição, que envolve investimento em pesquisas na costa brasileira, o fortalecimento da indústria naval e o incentivo à descarbonização da frota marítima. Participam do evento também os ministros **Marina Silva**

	(Meio Ambiente e Mudança Climática), Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação) e José Mucio (Defesa).
ABDI Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial	Agenda da presidente interina – Cecília Vergara deve participar, nesta segunda (22), da 18ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), para deliberar sobre a Nova Indústria Brasil, política industrial que traça o caminho do desenvolvimento até 2033. Também deverá participar, na quarta (24), do evento em comemoração aos 19 anos da ABDI.
MEC Ministério da Educação	Agenda do internacional ✓ Santiago (Chile) – XIV Reunião Extraordinária Regional de Ministros e Ministras da Educação da América Latina e do Caribe.
MF Ministério da Fazenda	Agenda do ministro – Fernando Haddad se reuniu, nesta segunda (22), João Pedro Nascimento, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Barchini, chefe da representação no Brasil da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). À noite, concede entrevista ao Programa Roda Viva, da TV Cultura.
BACEN Banco Central do Brasil	Agenda do banco – Paulo Picchetti , diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos reuniu-se por videoconferência, nesta segunda (22), com a secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (MF), Tatiana Rosito , para tratar de assuntos institucionais. Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2024 subiu pela 2ª semana consecutiva, em US\$ 76,5 bilhões de resultado positivo. Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano recuou 1 p.p, de 3,87% para 3,86%, mantendo a tendência de queda nas projeções para a inflação. No caso do PIB 2024, os economistas do mercado financeiro apontaram aumento na estimativa de crescimento, também em 1 p.p, de 1,59% para 1,60%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 9% pela 4ª semana consecutiva. Já a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2024 passou de R\$ 4,95 para R\$ 4,92.
MPO Ministério do Planejamento e Orçamento	Agenda da ministra – Simone Tebet recebeu, nesta segunda (22), o governador do Mato Grosso do Sul (MS), Eduardo Riedel , com quem tratou sobre a Rota de Integração Latino-americana. Além disso, Tebet participou da cerimônia de sanção do PLN 29/2023 (<i>PLOA 2024</i>).
MT Ministério dos Transportes	Agenda do ministro – Renan Filho concedeu, nesta segunda (22), entrevista ao SBT Online, onde apresentou o trabalho que vem sendo realizado pela pasta e temas afetos à política nacional.
ANTT Agência Nacional de Transportes Terrestres	A Agência realizou, nesta segunda (22), a 74ª Reunião de Diretoria Administrativa , de caráter reservado. Dentre os itens constantes da pauta , destacamos a proposta de formulação de Instrução Normativa que estabeleça o definição dos temas prioritários para a destinação dos Recursos para

Desenvolvimento Tecnológico (RDT) e dos Recursos para Preservação da Memória Ferroviária (RPMF), no âmbito das concessões ferroviárias.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

O **Congresso Nacional** se encontra em **recesso legislativo**. A previsão é que os parlamentares retomem as atividades em **2 de fevereiro de 2024**. Nesse período, uma Comissão Representativa de parlamentares fica de sobreaviso para situações emergenciais.

Política

TCU firma protocolo de intenções com Banco Interamericano de Desenvolvimento. O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, assinou, na quarta-feira (17/1), protocolo de intenções com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O documento amplia as frentes de atuação conjunta e formaliza uma sólida parceria que já vem se desenvolvendo há quase quatro anos em projetos do Laboratório de Inovação (coLAB-i) do Instituto Serzedello Corrêa (ISC). Dantas agradeceu ao representante do BID no Brasil, Morgan Doyle, pela parceria. “O BID tem sido muito importante para pensarmos fora da caixa da administração brasileira e trazermos as melhores práticas aplicadas no exterior. Contribuir para desenvolver a administração pública faz parte da nossa missão constitucional, por isso ficamos honrados em termos parceiros como vocês, que nos inspiram nessa evolução”, disse o ministro. Doyle, por sua vez, exaltou o trabalho que vem sendo desenvolvido em conjunto com o coLAB-i em relação ao incentivo à política de compras públicas de inovação. “Gostaria de destacar as iniciativas do TCU relacionadas à inovação porque vocês não apenas estudam e recomendam, vocês de fato praticam internamente. Isso é admirável. Apreciamos muito a visão do TCU de promover a inovação no setor público. Mesmo estando em um contexto de controle, sempre buscam expandir a fronteira do que é possível”, elogiou Doyle. Fonte: ASCOM TCU

Economia

Haddad: Fazenda vai insistir na reoneração da folha de pagamentos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a Fazenda vai insistir na reoneração dos 17 setores intensivos de mão de obra e evitou comentar a declaração do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que afirmou mais cedo que o governo federal se comprometeu a revogar a medida provisória (MP) que trata da desoneração da folha de pagamento e editá-la para retirar esse tema. Pacheco, disse Haddad, entende que os temas precisam ser tratados separadamente, em relação às propostas da MP, mas não confirmou que o governo vai desistir da medida ou reapresentar no formato de projeto de lei. Haddad afirmou que tentou contato com Pacheco após a declaração desta sexta-feira, mas não conseguiu. Na Suíça, o presidente do Senado afirmou que “a desoneração da folha de pagamento, tendo sido uma decisão do Congresso Nacional, a decisão valerá, e há um compromisso do governo federal em reeditar essa medida provisória”. Ele contou ainda que o governo pode reapresentar o pedido em forma de projeto de lei. Fonte: Valor Econômico

Reoneração: Lula e Haddad planejam nova rodada de reuniões para tentar chegar a acordo com Congresso. De volta à Brasília após dar início ao giro de viagens pelo país, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se vê, mais uma vez, diante de uma queda de braço envolvendo a equipe econômica de seu governo e o Congresso Nacional. Na próxima semana, Lula deve organizar uma nova rodada de reuniões para discutir a medida provisória (MP) que trata da reoneração da folha de pagamento. Parlamentares veem o texto como uma afronta à decisão do Congresso e defendem a devolução da matéria ao Palácio do Planalto. Na sexta-feira (19), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que há um acordo para que o governo revogue a medida. O Planalto e a equipe econômica, porém, foram no sentido contrário. Na sexta-feira (19), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que há um acordo para que o governo revogue a medida. O Planalto e a equipe econômica, porém, foram no sentido contrário. Fonte: CNN Brasil

Desoneração: governo quer votar texto alternativo durante vigência de MP condenada no Congresso. O governo não desistiu de colocar em discussão a reoneração da folha de pagamentos para os 17 setores atendidos pela política, mesmo que em um cronograma mais gradual do que o inicialmente proposto. A intenção é que o tema seja objeto de um projeto de lei que tramite no Congresso ainda durante a vigência da atual medida provisória e que reúna todos os quatro temas em um único texto legislativo. A MP original, com a reoneração dos setores, baixada na véspera do ano-novo, foi condenada no meio político. Nesta sexta-feira, 19, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse em Davos que ela deve ser revogada. O ideal para o governo, no entanto, é que a MP continue válida e o projeto de lei alternativo seja votado antes de 1º de abril, quando a medida começaria a produzir efeitos de reoneração. Até lá, os setores não sentirão as mudanças e seria possível chegar a uma solução de “meio-termo” sem impactos orçamentários. Fonte: O Estado de S. Paulo

Alvos de reoneração evitam judicializar MP e apostam em derrota de Haddad. Representantes dos setores atingidos pela MP da reoneração da folha de pagamento apostam que o Congresso deverá impor uma nova derrota ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Por ora, as lideranças avaliam que não é o momento de judicialização. Os setores veem que a medida provisória atinge as empresas e o Congresso. Líderes apontam que o governo Lula editou o texto após o Legislativo derrubar o veto do petista para manter a desoneração da folha até 2027. Até o momento, já há uma ação no Supremo Tribunal Federal contra a MP da reoneração. O Partido Novo questiona a proposta, alegando que ela é carregada de “vícios de inconstitucionalidade”. A ação foi distribuída ao ministro Cristiano Zanin, indicado por Lula (PT) ao tribunal no ano passado. Como ele está de férias, o caso foi levado ao vice-presidente da Corte, Edson Fachin, que estava no plantão durante o recesso. Fonte: UOL

Lula vetará R\$ 5,4 bilhões em emendas de comissão na sanção do Orçamento. O presidente Lula vetará R\$ 5,4 bilhões em emendas de comissão ao sancionar o Orçamento para 2024, na segunda-feira (22). Essa modalidade de emenda tinha saltado para cerca de R\$ 16 bilhões no texto aprovado pelo Congresso. Com o veto, deve retornar ao patamar de R\$ 11 bilhões. A reunião para sanção do Orçamento está marcada para as 16h de segunda (22). O veto do presidente tem o objetivo de manter recursos para setores essenciais, além das obras do Novo PAC. Mas a coordenação política do Planalto já foi alertada de que haverá forte mobilização no Congresso para a derrubada do veto. O valor de R\$ 16 bilhões representa mais que o dobro do montante aprovado para as emendas de comissão em 2023, que foi de R\$ 7,7 bilhões. O acordo fechado entre os parlamentares e o governo, durante a discussão do Orçamento, era para manter essas emendas em R\$ 11 bilhões. Como ultrapassou, e muito, o valor, houve a decisão de vetar o montante que excedeu o acertado. Fonte: G1 Notícias

Último Foco

Regulamentação da inteligência artificial deve sair até abril. O Senado deve votar até abril a regulamentação da inteligência artificial (IA). A expectativa é do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, autor de um projeto de lei que cria o marco legal para o setor ([PL 2.338/2023](#)). Pacheco falou sobre o tema na sexta-feira (19) em Zurique, na Suíça, onde participou de um evento como convidado. Fonte: Agência Senado

Ministério da Justiça desenvolve estratégia para proteção de crianças e adolescentes na internet. A Secretaria de Direito Digital do Ministério da Justiça quer lançar neste semestre a Estratégia Brasileira de Proteção das Crianças e Adolescentes em Ambiente Digital, que terá ações para coibir crimes de exploração e abuso sexual infantil online. Antes mesmo do lançamento da estratégia já há um diálogo com redes sociais para tratar da importância das ferramentas de controle parental, explica a secretária Estela Aranha. A estratégia se insere em uma parceria com o Escritório da ONU para Drogas e Crimes. A proposta está sendo construída usando como referência a estrutura proposta pelo órgão, que inclui a disponibilização, em nível institucional, de medidas de prevenção e combate a esses tipos de crimes, com mecanismos de denúncia e medidas de responsabilização e reparação. Fonte: Folha de S. Paulo

Ministério da Fazenda abre consulta pública para regular big techs. A partir da sexta-feira (19) até 18 de março, o cidadão poderá enviar contribuições para regulamentação de aspectos econômicos e concorrenciais das grandes plataformas digitais, chamadas de big techs. O Ministério da Fazenda abriu consulta pública sobre o tema. As contribuições poderão ser enviadas por meio da plataforma Participa + Brasil. Para responder à consulta pública, é necessário ter conta no Portal Gov.br. Segundo o secretário de Reformas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, a consulta tratará dos aspectos econômicos das big techs, como práticas abusivas aos consumidores e prejuízos à livre concorrência. Ele esclareceu que temas como conteúdos, fake news e moderação de comentários não são da alçada da pasta. A consulta pública, explicou o secretário, é necessária porque uma eventual regulação exigirá mudanças na Lei de Defesa da Concorrência. Até o fim do primeiro semestre, informou Barbosa, o governo concluirá o relatório da consulta e enviará uma proposta ao Congresso Nacional. Fonte: Agência Brasil

Fazenda quer Estado no centro da regulação das plataformas digitais. A Secretaria de Reformas Econômicas (SRE) do Ministério da Fazenda iniciou uma tomada de subsídios para coletar comentários e sugestões sobre a regulação de aspectos econômicos e concorrenciais de plataformas digitais. Até porque, segundo explica, "as plataformas digitais são cada vez mais importantes para a economia e, por esse motivo, merecem atenção específica por parte do Estado". As contribuições devem ser enviadas até 18 de março, por meio de um formulário on-line. Os resultados ficarão disponíveis para consulta. O aviso da tomada de subsídios foi publicado no Diário Oficial da União de sexta-feira (19/1). A Tomada de Subsídios busca reunir experiências e conhecimentos variados, reconhecendo as características únicas das plataformas digitais e suas implicações concorrenciais. O processo inclui um questionário detalhado, que procura entender as razões econômicas e concorrenciais para uma eventual regulação dessas plataformas no Brasil. Fonte: Convergência Digital

Conselheiro Alexandre Freire solicita estudos sobre implicações da IA nos data centers. O conselheiro diretor Alexandre Freire encaminhou ofício ao secretário do Comitê de Infraestrutura de Telecomunicações (C-INT), Nilo Pasquali, na última sexta-feira, dia 19/01, em que solicita a realização de estudos sobre o impacto da Inteligência Artificial (IA) para o processamento de volumes crescentes de dados em data centers que integram a infraestrutura de telecomunicações no Brasil, em especial ao consumo energético associado a esses processos. Segundo o conselheiro, a realização desses estudos propiciará uma compreensão mais profunda das implicações da IA nos data centers, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que promovam eficiência energética e sustentabilidade. Além disso, essa iniciativa está alinhada aos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, notadamente o ODS nº 7 - Energia Limpa e Acessível, que visa garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos, e o ODS nº 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, que tem por objetivo construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Fonte: ASCOM Anatel

Ceadi realiza evento sobre próxima tecnologia móvel. O Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Cead) da Anatel promove, terça-feira (30) a partir das 9h, a palestra online "Horizontes 6G: lideranças emergentes, características-chave e trajetórias de desenvolvimento", com o ex-conselheiro de Administração da Autoridade Nacional de Comunicações de Portugal, professor do Departamento de Economia do Instituto Universitário de Lisboa e membro do Cead, Sandro Mendonça. De acordo com o Plano de Uso do Espectro de Radiofrequências da Anatel para o período de 2023 a 2030, o 6G deverá promover ainda mais as tecnologias de realidade virtual e realidade aumentada, e-Saúde, conectividade difusa, mobilidade autônoma, indústria 4.0 e robótica. Ao mesmo tempo, exigirá frequência mais altas e maiores larguras de faixa. A palestra de Sandro Mendonça faz parte do projeto Diálogos sobre Regulação e Boas Práticas Institucionais do Cead, que regulamente promove palestras e seminários com especialistas sobre temas relevantes ao setor de telecomunicações e às comunicações digitais. A transmissão será pelo canal da Anatel no YouTube. Fonte: ASCOM Anatel

Mercado quer que Lira antecipe regras para IA para eleição de 2024. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) discutirá o uso de IA (inteligência artificial) nas eleições municipais de 2024 em audiência pública na 5ª feira (25.jan.2024). A iniciativa do tribunal, no entanto, não exclui a necessidade de a Câmara legislar sobre o assunto. É o que acredita Marcelo Senise, profissional do marketing especialista em inteligência artificial, entrevistado pelo Poder360. A minuta divulgada pelo TSE sugere proibir conteúdo "fabricado ou manipulado" com inteligência artificial na propaganda eleitoral. A resolução também propõe a penalização pela divulgação de "fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados" a partir do uso da ferramenta. Fonte: Poder 360

Anatel pede ao MEC definições sobre conectividade em escolas. A Anatel pediu uma definição ao Ministério da Educação (MEC) sobre algumas questões relacionadas aos parâmetros e às políticas de educação conectada para poder dar seguimento aos projetos tocados pela EACE, a entidade responsável por implementar projetos de educação conectada que serão custeados com R\$ 3,2 bilhões arrecadados no edital de 5G. Os projetos são definidos pelo GAPE (grupo coordenado pela Anatel) a partir de diretrizes do governo. Até o momento, a EACE concluiu a primeira fase do programa piloto em escolas, com cerca de 180 escolas, mas para iniciar as próximas (cerca de 5 mil) precisa destas definições. No começo de janeiro, a Anatel, a pedido do conselheiro Artur Coimbra (que está com a relatoria do processo referente às próximas fases do projeto piloto conduzido pela EACE), encaminhou ofício à Coordenadora do Comitê Executivo da Estratégia Nacional de Educação Conectada (ENEC), Isolda Cela, secretária executiva do MEC, pedindo informações sobre algumas questões. Fonte: Teletime

MCom abre convocação para vaga no Conselho Consultivo da Anatel. O Ministério das Comunicações (MCom) publicou, na edição de segunda-feira, 22, do Diário Oficial da União (DOU), o edital de convocação para preenchimento de uma vaga no Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O chamamento se destina às entidades representativas dos usuários de serviços de telecomunicações. Na prática, essas instituições devem apresentar, no prazo de 30 dias, uma lista com três nomes ao ministério. O documento deve acompanhar uma demonstração das características da entidade, da qualificação dos indicados e seus respectivos currículos. O futuro conselheiro terá mandato até 16 de fevereiro de 2027. De acordo com as regras, o candidato não pode ter vínculo com prestadores de serviços de telecomunicações ou de radiodifusão, tampouco com associações e entidades representativas dessas empresas, inclusive na

condição de sócio, empregado, prestador de serviço ou qualquer outra espécie de vínculo que possa ocasionar conflito de interesse. Fonte: Tele Síntese

Ministro e novo secretário confirmam presença no Seminário de Políticas, 6 de fevereiro. O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, e o novo secretário de telecomunicações, Hermano Tércius, confirmaram participação no próximo Seminário de Políticas de (Tele)Comunicações, organizado pela TELETIME em Brasília, no dia 6 de fevereiro. O evento é realizado em parceria com o Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações da Universidade de Brasília (CCOM/UnB), e marca o início do ano nos debates sobre as principais questões regulatórias e das políticas setoriais do ano. Também participam do evento o presidente da Anatel, Carlos Baigorri; o presidente da Ancine, Alex Braga; a diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Miriam Wimmer; o conselheiro da Anatel Artur Coimbra; além de participação especial da conselheira da Anacom (órgão regulador de Portugal), Patrícia Gonçalves Silva, que também é vice-presidente do Corpo de Reguladores Europeus (BEREC). Fonte: Teletime

Veja as principais mudanças nas regras para as eleições de 2024. As eleições 2024, que escolherão os próximos prefeitos e vereadores das cidades brasileiras, terão novas regras. Algumas destas normas foram implementadas no pleito de 2022, e agora serão aplicadas pela primeira vez em uma eleição municipal. Entre os temas com novidades, estão o combate às fake news, a violência política de gênero, o uso dos recursos do fundo partidário e eleitoral e a arrecadação de recursos para as campanhas. Uma das minutas de resoluções do TSE para a campanha de 2024 prevê obrigações às redes sociais, conferindo responsabilidade às plataformas para impedir e diminuir desinformação no pleito, e que também trata de inteligência artificial. Fonte: Folha de S. Paulo

Chips terão R\$ 180 milhões não reembolsáveis. A nova política industrial anunciada na segunda-feira, 22, prevê a destinação de R\$ 180 milhões de recursos não reembolsáveis para a indústria de chips, nos próximos dois anos para os segmentos de design, de fabricação de semicondutores (front-end) e de encapsulamento e teste (back-end) de modo a ampliar a participação da indústria nacional de semicondutores em relação à mundial, reduzindo a dependência produtiva e tecnológica e, preferencialmente, estimulando a produção de minerais estratégicos e materiais avançados no país. Além do segmento de semicondutores, serão destinados outros R\$ 260 milhões por intermédio de subvenção econômica e crédito, para o desenvolvimento de “tecnologias digitais disruptivas” em arranjos de negócios prevendo os ICTs, empresas e startups. Fonte: Tele Síntese

Conexões IoT celulares atingirão 5,4 bilhões em 2030, diz pesquisa. O ecossistema IoT celular está preparado para uma transformação significativa ao longo dos próximos sete anos, impulsionada pela ascensão das tecnologias 5G, conforme revelado pela nova pesquisa da Omdia. Com foco predominante em módulos 5G RedCap, 5G Massive IoT e 4G LTE Cat-1bis, prevê-se que as próximas remessas culminem em substanciais 5,4 bilhões de conexões celulares IoT (base instalada) até o ano 2030. Essa mudança de paradigma ressalta a evolução cenário e crescente destaque de soluções avançadas de conectividade celular. A pesquisa também descobriu que a adoção em massa do 5G RedCap está prevista para começar a partir de 2024, com a tecnologia se estabelecendo como uma solução de conectividade intermediária para dispositivos 5G que não exigem especificações tão altas como comunicações ultra confiáveis de baixa latência (uRLLC) e Banda larga móvel aprimorada (eMBB). Fonte: TI Inside

Relatório de transparência salarial já poderá ser feito a partir da próxima segunda-feira (22). Começa na próxima segunda-feira (22) o prazo para as empresas com mais de 100 funcionários realizarem o preenchimento ou retificação do Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios do Primeiro Semestre de 2024, em caráter experimental, na área do [Portal Emprega Brasil - Empregador](#), no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O prazo final para o preenchimento do documento é no dia 29 de

fevereiro. A iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério das Mulheres atende ao que determina o Decreto nº 11.795/2023, publicado em novembro do ano passado para regulamentar a Lei nº 14.611, de 2023, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em julho de 2023, que estabelece a obrigatoriedade de igualdade salarial entre mulheres e homens. As informações serão utilizadas para a verificação da existência de diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo. Os relatórios semestrais de transparência utilizarão os dados de salários e ocupações de homens e mulheres já informados pelas empresas pelo eSocial, e as empresas estão sendo solicitadas a prestar algumas informações adicionais sobre critérios de remuneração e ações que apoiem a contratação e a promoção de mulheres nas empresas. Todas essas informações serão consolidadas em um relatório pelo Ministério do Trabalho e Emprego e disponibilizados para disseminação, tal como determina a legislação em março de 2024. Fonte: ASCOM MTE

Redução da jornada de trabalho deve voltar à pauta do Senado em 2024. Trabalhar quatro dias da semana e, consequentemente, conseguir ter mais tempo para o descanso, para o lazer, ou até mesmo para buscar mais conhecimento está entre os desejos de grande parte dos trabalhadores brasileiros. Aliar essa demanda ao cenário dinâmico e desafiador do mundo profissional, sem redução salarial, deve ser uma das discussões a ser retomada pelo Senado em 2024. O assunto tem sido tendência no mundo todo, com alguns países já colocando em prática legislações ou projetos pilotos que incentivem as empresas a adotarem modelos de jornadas reduzidas, promovendo bem-estar, produtividade e qualidade de vida aos seus funcionários. Apesar de o Congresso Nacional já discutir projetos de redução da carga horária trabalhada desde 1995, quando o senador Paulo Paim (PT-RS) e o então deputado federal e posteriormente senador, Inácio Arruda, apresentaram sua primeira proposta sobre o tema (PEC 231/1995), somente em 2023 o assunto passou a ser visto como uma aprovação possível no Legislativo. Fonte: Agência Senado